

PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA: “TERRITÓRIO DA INFORMALIDADE”

Adma Viana Bezerra

Mestranda em Geografia pela UNESP (Campus Presidente Prudente/SP)
adelu.2010@gmail.com
Capes

Marcelo Dornelis Carvalho

Prof. do Departamento de Geografia da UNESP/Ourinhos e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP; membro do CEGeT
dorneliscarvalho@gmail.com
Capes

Resumo

A presente pesquisa objetiva analisar o processo de precarização do trabalho a que se encontram submetidos os trabalhadores catadores de materiais recicláveis, na condição de trabalhadores informais (no contexto do desemprego estrutural e da reestruturação produtiva do capital), bem como verificar a questão da territorialização da atividade de catação na cidade de Vitória da Conquista/BA. Para o desenvolvimento dos objetivos propostos e seguindo a orientação teórica, a pesquisa empírica foi desenvolvida com a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos catadores integrantes da Cooperativa Recicla Conquista (Vitória da Conquista/BA), assim como de um mapeamento dos principais pontos de atuação da Cooperativa Recicla Conquista. Além da relação altamente imbricável entre os processos de precarização das condições de trabalho, desemprego e o fenômeno da informalidade, neste atual estágio de acumulação capitalista, a pesquisa procura demonstrar a realidade vivenciada pelos trabalhadores cooperados, na condição de trabalhadores precarizados e informais.

Palavras chave: precarização; trabalhadores catadores; informalidade.

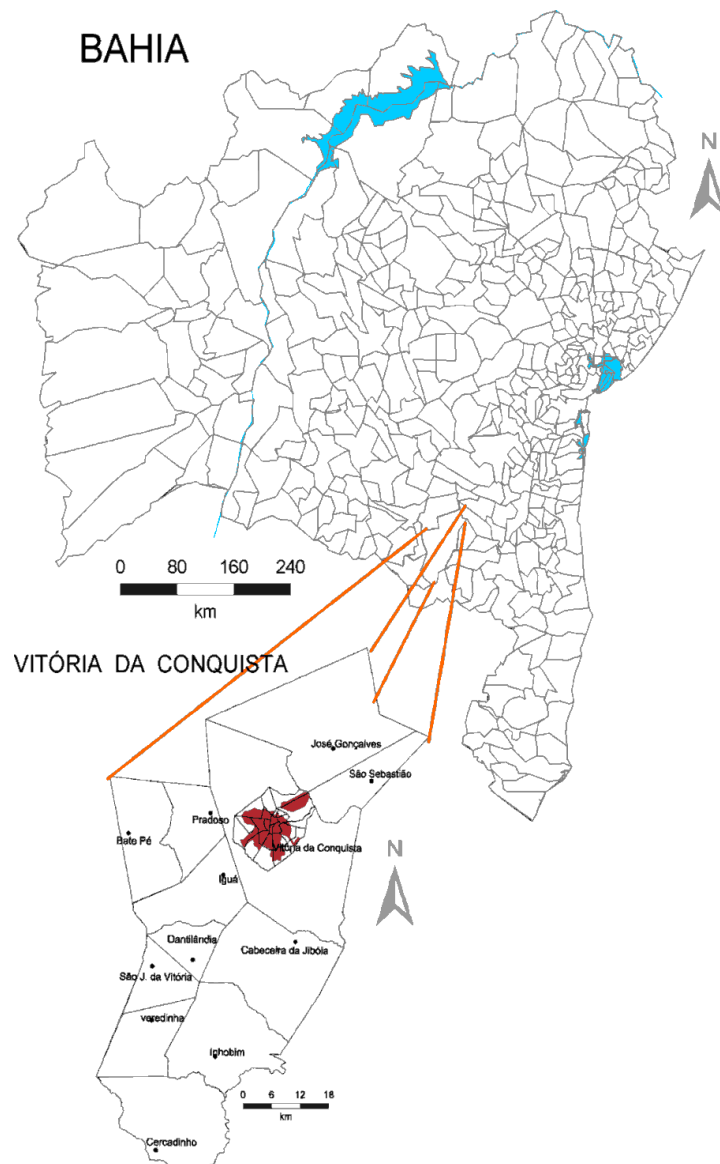
Introdução

De um modo geral, considera-se que as formas de reprodução da classe trabalhadora, estão condicionadas as condições objetivas e subjetivas com que os sujeitos pertencentes a sua dinâmica estão inseridos. Isso implica considerar que o sujeito trabalhador deve ser entendido por meio de seu contexto social e histórico, bem como da sua dinâmica espacial.

Acredita-se na necessidade dessa análise mais profunda, devido, sobretudo, às intensificações das transformações socioespaciais, políticas e econômicas que caracterizam a sociedade contemporânea e que repercutem profundamente na atual configuração do mundo do trabalho, por meio do agravamento dos processos de precarização, da informalidade e do

desemprego nesse atual estágio de acumulação capitalista. Por isso, essa pesquisa objetiva, em uma perspectiva mais ampla, analisar o processo de precarização do trabalho a que se encontram submetidos os trabalhadores catadores de materiais recicláveis, na especificidade do trabalho realizado pela Cooperativa Recicla Conquista, na cidade de Vitória da Conquista/BA - base empírica da presente pesquisa (Figura 1). Localizada na região Centro-Sul da Bahia, essa referida região de estudo abrange uma área de 3.204,257 km², com uma população estimada de 310.129 habitantes, o que a torna a terceira maior cidade do estado; sua economia fundamenta-se principalmente no setor de comércio e serviços, tendo ainda uma significativa contribuição no setor industrial e agropecuário (IBGE, 2011).

Figura 1- Vitória da Conquista: Localização na Bahia – 2010



Assim, procurou-se ainda evidenciar a Cooperativa Recicla Conquista por meio do entendimento da sua infraestrutura, corpo administrativo, condições de funcionamento e, sobretudo, da realidade vivenciada pelos trabalhadores cooperados, na condição de trabalhadores precarizados e informais.

Nesta trajetória foram desenvolvidas leituras como subsídio a esta discussão por meio de autores tais como Menezes (2007), Lesbaupin (2008), Gonçalves (2002), Pchmann (1999), Harvey (2005), entre outros. A análise teórica sustentada pelos referidos autores, se faz importante porque contribuiu para o entendimento de como tem se dado o processo de precarização das condições de trabalho, no caso, em Vitória da Conquista, no atual estágio de acumulação capitalista. O amadurecimento dessa leitura permitiu uma melhor observação e desenvolvimento da dimensão empírica da pesquisa, sobretudo nos direcionamentos e busca das informações e dados. Isto porque teoria e prática da pesquisa caminharam juntas no processo de construção desse trabalho tendo sempre como direcionamento uma interpretação da totalidade das relações que determinam o problema.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos e seguindo a orientação teórica, a pesquisa empírica foi estabelecida com a realização de um levantamento documental por meio de pesquisas em órgãos públicos (Prefeitura municipal; Agência do Desenvolvimento, Trabalho e Renda - ADRT; Secretaria de Serviços Públicos - SSP; etc.), de modo a identificar como se dá a atuação desses órgãos em relação à organização/estruturação espacial do trabalho de catação nessa cidade, no sentido de dar subsídio ao processo de acumulação e garantir a reprodução do capital.

Para um melhor entendimento das condições/relações de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores catadores de resíduos recicláveis, bem como o perfil socioeconômico dos mesmos, foram ainda realizadas entrevistas e aplicação de questionários aos 54 trabalhadores catadores da Cooperativa Recicla Conquista, correspondendo a uma amostra de 100% do total de catadores de materiais recicláveis integrantes da Cooperativa Recicla Conquista (Vitória da Conquista/BA), representando, assim, um conjunto tendencial importante e significativo para a análise. Isso foi feito com o objetivo de identificar e problematizar as razões que definem o trabalho de catação como alternativa para os catadores, verificando a lógica de inserção no processo de realização do capital, bem como averiguar quais os principais conflitos que permeiam esse tipo de atividade.

Foram ainda realizadas entrevistas com os principais compradores diretos (atravessadores) dos materiais da Cooperativa, de modo a se compreender a lógica mercantil desse tipo de atividade (a natureza do processo referente, sobretudo, a coleta, processamento e distribuição dos

materiais recicláveis, bem como a lucratividade e distribuição da renda entre os trabalhadores).

Concluído o processo de coleta de dados e informações, a pesquisa seguiu-se no sentido de objetivá-las para sua síntese. Inicialmente, foram mapeadas as rotas da produção dos recicláveis da Cooperativa, dando-se ênfase a localização dos principais pontos de coleta de materiais recicláveis. A importância desse mapeamento se deve a necessidade de um maior entendimento das formas de territorialização da atividade de catação na referida cidade.

Esta pesquisa esteve amparada pelo constante movimento indissociável de observações em campo, análise dos dados obtidos, leituras e discussões. Os dados empíricos foram confrontados e contextualizados com o processo de precarização em Vitória da conquista, na Bahia. A análise se estabeleceu pelo posicionamento crítico no levantamento das contradições do processo histórico de desenvolvimento da precarização das condições de trabalho no centro comercial de Vitória da conquista, tendo como fundamento o método científico dialético materialista.

Desenvolvimento

A precarização do trabalho: expressão da exploração intensa dos trabalhadores e da alienação dos mesmos

Mediante um cenário de profundas transformações sociais, políticas e econômicas que caracterizam a sociedade atual, questões concernentes a precarização das condições de trabalho vem sendo amplamente abordadas e estudadas por várias áreas das ciências sociais, entendendo-se que o estudo e a análise dessa problemática contribuem para ampliar a capacidade de compreensão da atual configuração do mundo do trabalho por parte dos sujeitos na atualidade.

Contudo, para uma melhor compreensão do processo de precarização das condições de trabalho, é necessário que se perceba que é sob o contexto do desemprego estrutural, bem como da reestruturação produtiva do capital, que esse processo se realiza de forma cada vez mais acentuada.

De um modo geral, pode-se dizer que a reestruturação produtiva se caracteriza por um forte processo de inovações tecnológicas e científicas (pela presença da automação, da microeletrônica, da robótica, entre outros) utilizadas principalmente para aumentar a produtividade e reduzir os gastos em força de trabalho. A mesma fora desencadeada sobretudo nos anos 1970 em um “[...] cenário de baixas taxas de crescimento econômico, com

desregulada concorrência e profundas incertezas na economia mundial.” (POCHMANN, 1999, p. 47).

Durães (2007), por sua vez, acrescenta afirmando que a adesão a esse novo padrão de produção, o regime de acumulação flexível, foi uma resposta a uma série de crises presenciadas nos anos 1970, período que foi marcado por uma queda do ritmo de produção e de produtividade, pela crise inflacionária em alguns países, bem como pela crise do petróleo. Assim, observa-se que o sistema capitalista se reestrutura justamente para tentar recuperar e manter seus índices de lucro, intensificando a produtividade e aumentando as formas precárias de exploração da força de trabalho.

Esse processo de reestruturação produtiva do capital veio a se desenvolver no Brasil somente a partir da década de 1990, com a intensificação da subcontratação e de terceirização da força de trabalho, bem como da transferência de plantas e unidades produtivas. Assim, nota-se a ampliação do grau de precarização do mercado de trabalho brasileiro, podendo-se também observar o crescimento do desemprego estrutural e o aumento da informalidade, devido à escassez de empregos ditos regulares ou formais (DURÃES, 2007).

Todas essas inovações acabaram sendo absorvidas e utilizadas em praticamente todos os setores sociais, inclusive no universo das fábricas e de serviços, intensificando profundamente as formas de produção já existentes. Uma forte evidência desse fato revela-se por meio da gradativa substituição do padrão rotulado de Fordismo pelo Toyotismo, exigindo-se, assim, um trabalhador cada vez mais qualificado para atuar nesse novo cenário:

O Fordismo, caracterizado pela produção em massa, pela linha de montagem e produtos mais homogêneos vai cedendo lugar ao Toyotismo, onde o trabalhador opera com várias máquinas, onde só se produz o necessário e no melhor tempo [...] (ANTUNES, 1995 *apud* LESBAUPIN, 2004, p. 1).

Percebe-se que as transformações advindas desse estágio de desenvolvimento tecnológico e organizacional do modo de produção capitalista, levaram a uma ampla remodelação da gestão do processo produtivo e das formas de emprego das técnicas, alterando imensamente a rotina das empresas, na medida em que foram sendo absorvidos novos métodos de organização e gestão das mesmas. Além disso, também contribuíram para um redimensionamento nas formas de exploração do trabalho, que passou a ser explorado qualitativamente de maneira mais intensa (GONÇALVES, 2007).

Todas essas inovações tecnológicas significaram, sobretudo para as grandes empresas, possibilidades para expandir-se com uma maior intensidade para países e regiões onde

possam encontrar condições mais favoráveis, salários baixos, mão de obra barata, etc. Entretanto, essa possibilidade de transferência de operações ainda não é considerada suficiente para a redução de custos e, por isso, tais empresas procuram outras formas de contenção de gastos, inclusive com a redução do número de funcionários (mediante a demissão) como meio para se atingir tal propósito.

Foi a inserção de novas tecnologias no processo produtivo (caracterizando uma fase de alta produtividade) que possibilitou uma maior acumulação de capital. A própria tendência histórica do capitalismo aponta para a acumulação, concentração e centralização do capital, sendo que é através da compra da força de trabalho (capital variável) que o capitalista extrai a mais-valia e a sua contínua transformação e retransformação em capital leva à acumulação, ampliando a sua concentração nas mãos de capitalistas individuais (SOARES, 2008).

Entretanto, toda essa tendência à inovação tecnológica, ao possibilitar redução de custos, bem como um aumento da produtividade do trabalho, acaba conduzindo a uma conseqüente substituição do trabalho humano por máquinas, tornando esse sistema cada vez mais intensivo em capital. Tudo isso se dá de forma progressiva, sendo que, uma vez mantida a taxa de mais-valia, leva à queda da taxa de lucro.

Esse desenvolvimento tecnológico e organizacional do modo de produção capitalista, além de contribuir para um redimensionamento nas formas de exploração do trabalho, que passou a ser explorado de maneira cada vez mais intensa, também conduziu a uma alteração na composição orgânica do capital, em função da diminuição relativa do capital variável (força de trabalho) em relação ao capital constante (meios de produção). Tudo isso possibilitou uma maior exclusão do trabalho vivo no processo produtivo, elevando as taxas de desemprego a índices cada vez mais altos (RAMOS; SOUZA, 2006). É nesse sentido que se insere o trabalho informal, sob todo esse contexto de baixo desenvolvimento do capital orgânico, pouco investimento em capital constante e utilização maciça do trabalho tornado excedente na esfera desenvolvida da produção capitalista.

A produtividade do trabalho não foi acompanhada pela redução da jornada de trabalho, nem pelo aumento real do salário e isso implicou, e ainda implica, numa redução relativa do consumo (SOARES, 2008). De um modo geral, todo esse cenário contraditório acabou resultando numa grande crise do sistema, sendo que são as próprias contradições internas do sistema capitalista (insanáveis e inerentes a esse modo de produção) que tendem a gerar crises de acumulação do capital. Essas crises são tipicamente registradas como excedentes de força de trabalho, que se dá lado a lado com excedentes de capital (em termos

de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e isso sem que haja uma maneira de conjugá-los de forma lucrativa a fim de realizar tarefas que sejam socialmente úteis (HARVEY, 2005).

Entretanto, nesse século XXI o capitalismo tem se revelado sob uma profunda crise com dimensões jamais constatadas até então, sendo, por isso, considerada por Mészáros (2002) como uma verdadeira crise estrutural. Tal condição histórica do capitalismo representa uma das evidências mais claras de que as contradições inerentes ao seu sistema acumulativo atingiram limites verdadeiramente históricos (MENEZES, 2007). Alguns elementos podem ser destacados como sendo caracterizadores dessa crise, tais como:

[...] tendência histórica da queda das taxas de lucro e consumo do capitalismo; tendência à monopolização, financeirização e desvalorização do capital decorrente, contraditoriamente, do alto nível de concorrenciabilidade intercapitalista, que se estabelece num mercado cada vez mais “globalizado” e, sobretudo, as novas estratégias do capital de intensificar o processo de exploração do trabalho a partir da inserção da ciência e das novas tecnologias na produção (MENEZES, 2007, p. 25).

Essa crise estrutural que o capitalismo atravessa veio a se tornar visível no começo da década de 1970, com a crise de superprodução de amplos seguimentos industriais da economia capitalista mundial, com a pressão para a descida das taxas de lucro no setor industrial e com o aumento da composição orgânica do capital. Segundo Menezes (2007), todas essas alterações se processam num contexto em que os limites naturais se impõem e as contradições internas do sistema se agudizam. Podem ser citadas, como exemplos, as contradições existentes entre acumulação de capital e a descida tendencial das taxas de lucro; entre o desenvolvimento das forças produtivas e as condições limitadas em que se processa o crescimento do consumo, entre outras (CARVALHO, 2007).

Diante de tal cenário, visando sustentar as dificuldades em manter as taxas de exploração e contrariar o crescimento da composição orgânica do capital e a resultante pressão para a descida das taxas de lucro, a ofensiva imperialista então procura aumentar a taxa de exploração do trabalho. Essa, por sua vez, se dá principalmente pela intensificação dos ritmos de trabalho, pela redução aos salários reais e pelo aumento da carga horária de trabalho. Assim, o que se vê é uma intensificação da exploração do trabalho “[...] num contexto de subutilização da capacidade industrial instalada e de crescimento do exército de reserva de desempregados e os subempregados [...] na ânsia de extrair mais mais-valias, relativas e absolutas [...]” (CARVALHO, 2007, p. 2).

Com relação a isso, Menezes (2008a, p. 2) também considera que: “[...] o desenvolvimento histórico do sistema do capital, atinge o século XXI com sua mais árdua e

permanente crise, se isolando em seus territórios globais, margeada pelo oceano da miséria global.” Segundo esse autor, todo esse conflitante cenário acaba por repercutir em profundas mudanças no mundo do trabalho, na medida em que gera impactos diretos na forma de utilização e exploração da mão de obra por parte dos capitalistas, em função, sobretudo, da exploração intensa dos trabalhadores e da alienação dos mesmos, o que torna a situação desses ainda mais vulnerável.

É nesse contexto do atual estágio de desenvolvimento tecnológico e organizacional do modo capitalista de produção que prolifera o aumento da miséria da classe trabalhadora, bem como a intensificação do processo de precarização das condições de trabalho e o aumento das taxas de desemprego em praticamente todo o mundo. Isso se dá na medida em que “[...] cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho [...] configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta.” (ANTUNES, 2007, p.1).

A potencialidade produtiva do capital será sempre maior que o crescimento dos postos de trabalho. E quanto mais cresce a acumulação (pelo crescimento do capital constante) maior também será o domínio do capital em diminuir a massa de trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Assim, verifica-se que “[...] dentro de suas próprias contradições o sistema acumulativo induz seu próprio esgotamento na forma de uma crise da acumulação, como é a atual crise estrutural.” (MENEZES, 2007, p. 158).

Todos esses acontecimentos repercutiram de forma significativa na própria estrutura do trabalho, de modo que a classe trabalhadora tem nos dias atuais uma conformação mais fragmentada, heterogênea e complexificada. Assim sendo, para se compreender a classe trabalhadora contemporânea de modo mais ampliado, é preciso buscar entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, sendo esses assalariados e desprovidos dos meios de produção (ANTUNES, 2007).

Verifica-se ainda que o desemprego não tem afetado apenas o trabalhador com baixas qualificações, também tem crescido grandemente entre os que têm maior escolaridade, uma vez que grande parte dos empregos que estão sendo gerados, é exatamente aqueles que exigem baixa qualificação. Nesse caso, observa-se que “[...] o conjunto de medidas e políticas [...] acabam desencadeando o chamado desemprego estrutural, no qual a economia cresce, mas o número de empregos cai.” (SALO, 2008, p. 27).

Diante de toda essa realidade caracterizada pelo processo de precarização das condições de trabalho bem como pelo desemprego, pode-se ainda perceber a difusão de uma forte ideologia da própria lógica do mercado, sob a qual é apregoada a riqueza e a pobreza

como realidades independentes: o rico é rico porque ele é qualificado, enfim, competente; já o pobre é mal qualificado, pouco estudado e, enfim, incompetente, sendo responsável pela sua situação de pobreza, de miséria; portanto, tudo se reduz ao indivíduo e a sua competência (LESBAUPIN, 2004).

Para o sistema capitalista, a força de trabalho nada mais é do que uma mercadoria indispensável, necessária para a produção (sendo que essa, no mercado se dispõe aos montes). Dessa forma, a força de trabalho (que pertence ao trabalhador) é vendida como qualquer outra mercadoria aos donos dos meios de produção (o capitalista), deixando de ser propriedade do trabalhador, mesmo que seja temporariamente. Isso tudo ocorre sob “[...] a lógica de um sistema metabólico do capital que converte em descartável e destrói a força humana de trabalho, indicando o desemprego crônico.” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 3).

É justamente sob essa sociedade da propriedade privada, regida pela lei do mercado, que os indivíduos se separam do trabalho, dos meios de produção social, e dos resultados dele. Sob essa perspectiva, se pode então perceber um intenso processo de alienação, seja ela tanto de ordem material, quanto de ordem ideológica, já que o trabalhador “[...] dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria [...] não tendo outras mercadorias para vender; solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.” (MARX, 1983 *apud* MENEZES, 2008a, p. 4).

É na medida em que a concorrência se mundializa pelo mercado global, que se torna também mundial a forma desigual e contraditória com que os sujeitos são simplesmente dispensados novamente e tornados supérfluos: “Assim, é a materialização mais desumana e perversa da inversão irracional do sistema: considerar ‘despesa’ e dispensar aquilo que é sua única fonte de lucro, o trabalho. Eis a contradição e a condição estrutural.” (MENEZES, 2008a, p. 6).

Para uma melhor compreensão do modo como o crescimento da população trabalhadora se constitui em uma necessidade da própria reprodução capitalista, é preciso que se entenda que o próprio desenvolvimento das forças produtivas implica num aumento da acumulação de capital, como já dito, que por sua vez produzirá um valor excedente. Esse necessita sempre encontrar pessoas dispostas a trocar sua força de trabalho por salário, disposição que se dá principalmente em virtude das grandes necessidades desses trabalhadores (liberados, afastados do mercado de trabalho) que se vêem obrigados a se submeterem a elevados graus de exploração de sua força (recebendo, muitas vezes, salários verdadeiramente desumanos) para poderem garantir sua própria sobrevivência (SOARES, 2008).

Dessa forma, com a ampliação do excedente de trabalho estando sempre num maior ritmo que o próprio desenvolvimento das forças produtivas, uma massa cada vez maior de trabalhadores desempregados estará sempre pronta a atender as exigências do sistema capitalista. Assim, se eleva a um nível extremamente alto a produção do lucro, da mais-valia, do grau de exploração, sendo que toda essa situação tende a beneficiar tão somente os donos dos meios de produção.

A esses trabalhadores desempregados resta apenas buscarem alternativas para a sua sobrevivência, principalmente por meio de atividades econômicas caracterizadas pelo trabalho por conta própria, terceirizado, informal, sendo essas apenas algumas das classificações que são estabelecidas para a nomeação desse fenômeno crescente, que é o de precarização das relações e condições de produção e de trabalho (GONÇALVES, 2007). Em vários casos, essas ocupações exigem dedicação total do trabalhador para que possa conseguir atingir um ganho que garanta a sua sobrevivência. Em outros casos, a realização de mais de uma atividade no dia pelo mesmo trabalhador para conseguir atingir um ganho mínimo para a sua manutenção (LESBAUPIN, 2004).

Diante do exposto, pode-se perceber que essa se trata de uma realidade um tanto complexa, na medida em que são verificadas condições de trabalho precarizadas de milhares de pessoas que encontraram na informalidade uma forma de garantirem a sobrevivência. Contudo, a elas cabe lutar por perspectivas melhores sem perderem a esperança na possibilidade de mudanças que realmente se configurem em benefícios para os mesmos.

Processo de territorialização e precarização do trabalho de catação em Vitória da Conquista/BA

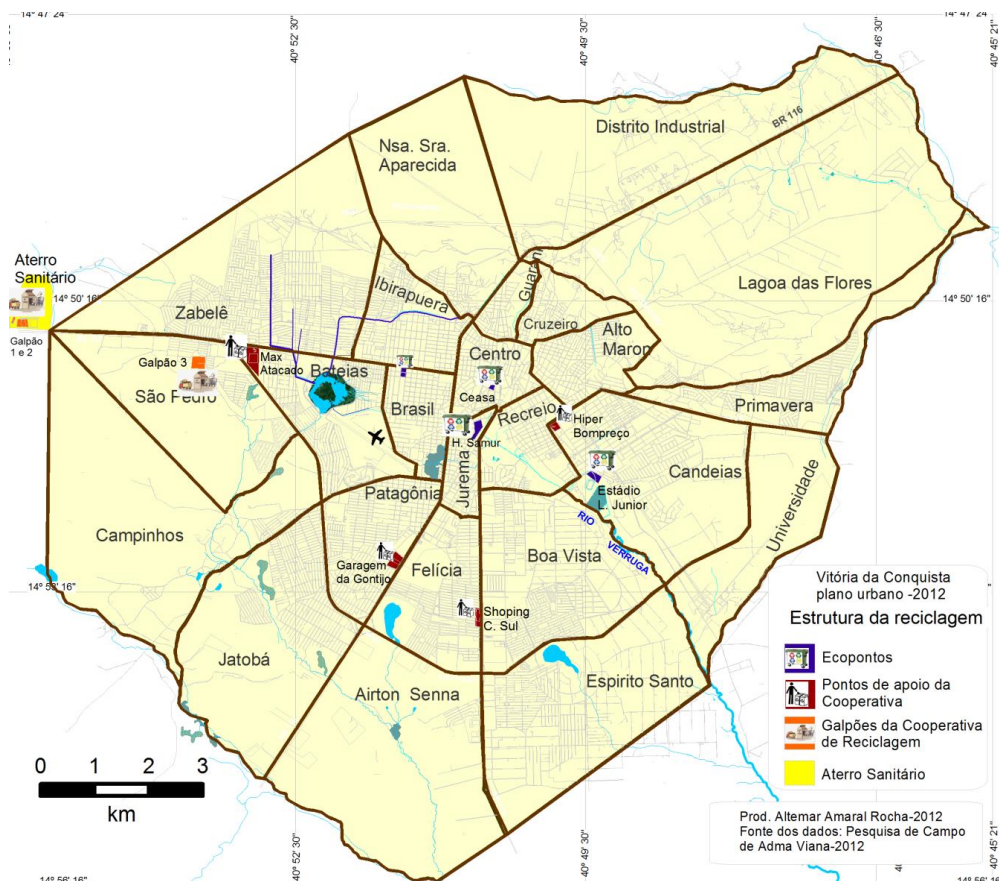
Fundada em novembro de 2004, a Cooperativa Recicla Conquista, durante o processo de sua implantação, recebeu apoio da Fundação Banco do Brasil; do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social; da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista; da Organização Não Governamental Pangéia e da Petróleo Brasileiro S. A., sendo essa última a principal investidora inicial, disponibilizando R\$ 1.000.000,00 reais para a compra de equipamentos.

Atualmente, a Recicla Conquista dispõe de um patrimônio correspondente a cerca de quatro milhões de reais, de acordo com o representante da ONG Pangea na cidade. A mesma ainda possui três galpões, sendo que a quantidade mensal de resíduos que chegam até eles, gira em torno de 100 toneladas.

Cabe ainda ressaltar que o trabalho desenvolvido não se restringe ao espaço físico compreendido pelos galpões da Cooperativa, visto que há a presença de cooperados em locais chamados de Ecopontos, que se configuram em pontos de entrega voluntária do material. Os cooperados dessas localidades realizam também o sistema de coleta denominado porta a porta, onde os trabalhadores percorrem diversas ruas e avenidas dos bairros Candeias, Brasil, Jurema e Centro, conforme declara o Coordenador Geral (funcionário público municipal), responsável pela organização administrativa da Cooperativa.

Entretanto, além desses, ainda há a presença de outros pontos de apoio da Cooperativa, localizados no interior de grandes empresas presentes na cidade, as quais se encontram distribuídas em uma série de outros bairros conquistasenses que geram um volume de resíduo muito grande: B. Recreio (Hipermercado Bompreço); B. Felícia (Shopping Conquista Sul); B. Patagônia (Empresa Gontijo de transportes); B. Bateias (Hipermercado Maxxi Atacado), segundo informações do Representante da ONG Pangea. Na figura 2 pode-se observar detalhadamente a localização dos pontos de atuação da Cooperativa Recicla Conquista.

Figura 2: Vitória da Conquista: **Localização dos pontos de atuação da Cooperativa Recicla Conquista – 2012**



Uma observação importante a se fazer, é que na Cooperativa é realizada apenas a coleta, classificação, prensa dos materiais, sendo em seguida encaminhados para os atravessadores que, por sua vez, os conduzirão para as indústrias.

No que se diz respeito à forma organizacional e administrativa da Cooperativa Recicla Conquista, verificou-se a existência de um conselho administrativo composto pela presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, e do conselho de ética e conselho fiscal. A atual presidente declarou estar nessa função administrativa há apenas um ano, participando, em um período anterior, do conselho de ética. Contudo, ela informou ter trabalhado como catadora no antigo lixão da cidade, por um período de 12 anos, juntamente com a sua família.

Atualmente trabalham na Cooperativa 54 pessoas, as quais afirmaram que o principal fator que as impulsionaram a realização desse tipo de ocupação, bem como a manter-se ligado à atividade da catação, foi a condição de desemprego por longo tempo. Verificou-se que 13% dentre os entrevistados trabalham na Cooperativa há menos de um ano; 20% de um a dois anos; 23% de dois a três anos; 44% por um período superior a três anos.

Quando questionados sobre qual seria a maior vantagem do trabalho de catação, 11% declararam ser à 'ausência' de patrão; 19% a questão da flexibilidade do horário; contudo, 70% revelaram não verem maiores vantagens, afirmando somente estarem exercendo esse tipo de ocupação, principalmente pela falta de outras opções.

Foram ainda apontados outros problemas a serem enfrentados diariamente: condições de trabalho na Cooperativa (30%); infraestrutura inadequada (20%); problemas de relacionamento interno entre colegas cooperados (10%); condições para desenvolverem o trabalho nas ruas (40%).

Observou-se, também, que a jornada de trabalho semanal nas diferentes atividades da coleta e da triagem, chega a ser de quarenta e cinco horas de trabalho, sendo que os cooperados fixos dos pontos de apoio trabalham por um período maior (6 dias na semana, com uma carga horária diária que varia de 6 a 7 horas), em relação aos demais cooperados (que trabalham 5 dias consecutivos de 8 a 9 horas por dia).

Quanto à renda mensal desses trabalhadores, todos declararam receber uma quantia inferior a um salário mínimo, sendo que os rendimentos mensais informados pelos cooperados no momento em que se realizou a pesquisa variaram de R\$ 250,00 a R\$ 500,00 reais. Os mesmos revelaram-se insatisfeitos, acreditando que deveriam ganhar ao menos um salário mínimo.

De acordo com o Representante da ONG Pangea, os trabalhadores cooperados recebem o pagamento por produção, sendo o mesmo disponibilizado quinzenalmente ou

mensalmente. Observou-se ainda que 71% dos entrevistados revelaram ser o trabalho de catação a sua única fonte de renda; 29% declararam possuir outras fontes, sobretudo por meio de realização de “bicos” nos finais de semana. Eles ainda revelaram não pagar nenhum tipo de plano de previdência, alegando falta de condições financeiras para tanto.

Esses trabalhadores cooperados declararam não serem alvos de programas de assistência social e ações beneficentes; assim, grande parte desses trabalhadores (60%), afirmaram ser necessária a participação em programas sociais de distribuição de renda do Governo Federal, para ampliar o rendimento familiar. Os demais (40%) alegaram não usufruir tal benefício.

Nessas condições, é grande o descontentamento dos cooperados da Recicla Conquista; muitos deles (85%), não mais crêem que seja possível ampliar os rendimentos e melhorar as condições de vida e de trabalho. Os que ainda têm esperanças de melhorias a médio e longo prazo (15%), acreditam que a mesma só se efetivará mediante um maior apoio do poder público (sobretudo a nível local), bem como do reconhecimento da sociedade de um modo geral.

Em unanimidade, os mesmos ainda afirmaram considerar necessária a ocorrência de mudanças referente à gestão administrativa da Cooperativa, considerando que a mesma deveria ocorrer de forma mais transparente e com uma maior participação dos cooperados. 30% deles afirmaram não conhecer o trabalho realizado pela diretoria da Cooperativa; 25% acreditam que a mesma tem uma atuação comprometida com a Prefeitura Municipal; 30% declarou que a forma de organização/funcionamento da Cooperativa é ruim, de modo que a existência da mesma não ajuda no reconhecimento do trabalho da categoria. Os 15% restantes avaliam de forma positiva, acreditando na eficiência do trabalho que vem sendo desenvolvido.

Assim, pode-se observar um processo de territorialização da atividade de catação, permeado por conflitos entre os próprios cooperados (por meio de uma disputa capitalista) e entre os cooperados e o corpo administrativo da Cooperativa, esse último tratando-se de um conflito entre trabalhador personificando o capital (na medida em que a Cooperativa é gerida sob os moldes de uma empresa capitalista) e outro trabalhador personificando o trabalho.

Apesar das imensas dificuldades referentes à realização desse tipo de atividade, os cooperados revelaram concebê-lo como uma colaboração ao menos para a amenização de problemas ambientais tendo, portanto, ampla importância.

Como planos para um futuro próximo os mesmos declararam ansiarem por um trabalho em qual tenham direito a carteira assinada, bem como aos demais benefícios destinados aos trabalhadores ‘legalmente’ empregados, para poderem dar condições de vida melhor para suas

famílias, mesmo embora muitos desses empregos ditos ‘formais’ sejam também alvos da precarização das relações e condições de trabalho.

Mediante o exposto, observa-se que enquanto as empresas e demais agentes do setor lucram com o trabalho do catador, sem manter vínculos empregatícios, sem pagar salários, os mesmos continuam a realizar suas atividades sob condições precárias de trabalho e de vida.

Outro aspecto importante a ser abordado, refere-se à comercialização dos materiais. O atual tesoureiro da Cooperativa declarou o mercado comprador como sendo pouco expressivo em Vitória da Conquista, afirmando ainda não haver indústrias de transformação na cidade. Cabe a equipe administrativa da Cooperativa auxiliar os cooperados nas negociações dos materiais que ocorre, geralmente, após o acúmulo de uma quantidade considerável.

Atualmente a Cooperativa comercializa seus materiais diretamente com dois intermediários locais: Tigre Reciclagem e Vitória Metálicos. Ambas as empresas, dispõem de condições expressivamente favoráveis tanto para a compra e estocagem de um volume grande de materiais, bem como para o transporte e comercialização dos mesmos. Tudo isso possibilita a realização de uma negociação direta com as indústrias da reciclagem, de modo a se obter a agregação de um maior valor econômico aos materiais.

Desse modo, evidencia-se a perda de uma margem considerável de ganhos, que poderiam ser obtidos pela Recicla Conquista caso a mesma também dispusesse de condições estruturais e econômicas para a realização dessa comercialização sem a interposição de atravessadores e intermediários.

Considerações finais

Da presente pesquisa, constatou-se que a abordagem do mundo do trabalho a partir do processo de precarização do trabalho, do fenômeno da informalidade, bem como do chamado “desemprego estrutural”, é de fundamental importância, visto que esses se apresentam como evidências da ativação dos limites do capital constituindo-se, assim, em reflexo da atual crise estrutural do sistema do capital. Constatou-se que essa crise, somada ao processo de reestruturação produtiva do capital, acaba por repercutir em profundas mudanças no mundo do trabalho, na medida em que gera impactos diretos na forma de utilização e exploração intensa dos trabalhadores, conduzindo ainda ao crescimento das taxas de desemprego (em função da expressiva exclusão do trabalho vivo no processo produtivo), bem como a expansão do trabalho informal.

Marcado pela informalidade, bem como pela precariedade de suas formas e relações de trabalho, observa-se que a atividade de catação se apresenta como forma de organização do trabalho desenvolvido pelos sujeitos no intuito de superar as dificuldades de sobrevivência, ao mesmo tempo em que contribuem para a reprodução do capital, possibilitando a continuidade do ciclo acumulativo das relações capitalistas e isso em escala cada vez mais ampliada.

Tudo isso conduz a percepção de que esse estímulo à organização e formalização da ocupação de catador de lixo, não necessariamente condiz com melhorias das condições de vida e de trabalho para esses catadores, visto que os mesmos ainda continuam na condição de trabalhadores precarizados, instáveis, submetidos a um processo excludente.

Em Vitória da Conquista, pôde-se observar um processo de territorialização do trabalho de catação, que se constitui em uma forma de negação da própria precarização por meio de um processo de resistência, fundamentada em uma concorrência capitalista estabelecida entre esses trabalhadores catadores na luta pela sobrevivência. Observou-se ainda uma série de conflitos permeando a relação entre os cooperados e o corpo administrativo da Recicla Conquista, de modo que se divergem o objetivo de luta dos mesmos, bem como a conquista de interesses.

Especificamente com relação aos catadores organizados coletivamente (por meio da Cooperativa Recicla Conquista), notou-se que os mesmos encontram-se sujeitos as mais diversas vicissitudes tais como intempéries climáticas, insegurança financeira, ausência de benefícios futuros, desconforto do local de trabalho, discriminação social, entre uma série de outras dificuldades.

De um modo geral, ressalta-se que a apresentação de tal abordagem na presente pesquisa, não teve o intuito de menosprezar as experiências e a importância política desses processos organizativos; mas, objetivou-se aqui, analisar as condições em que estão sendo rearranjadas e organizadas às relações entre os catadores e os demais participantes do mercado dos resíduos recicláveis.

Referencias

ANTUNES, R. **Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho**. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/ANTUNES%20LIVRO%20GRA%C3%87A%202007.pdf>>. Acesso em: 16 de Nov. 2008.

DURÃES, B. J. R.. Novas Configurações no Mundo do Trabalho: o que há de novo na informalidade de rua?. **Pegada Eletrônica**, São Paulo, Vol. 8, n.1, p.101-128, jun. de 2007.

CARVALHO, P. **A crise estrutural do capitalismo**. Disponível em:
<http://www.galizacig.com/actualidade/200710/odiario_a_criseestrutural_docapitalismo.htm>
. Acesso em: mai. 2009.

CONCEIÇÃO, A. L. A Geografia do Espaço da Miséria. **Revista Scientia Plena**, Sergipe, v.1, n.6, p. 166-170, set. 2005. Disponível em:
<<http://www.scientiaplena.org.br/sp.v1n6.p166-170pdf>>. Acesso em: ago. 2012.

GONÇALVES, M. A. Reestruturação produtiva e precarização das relações de trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-9, out. 2001. Disponível em:
<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA21/marcelinov2n1out2001.pdf>>. Acesso em: ago. 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 1º ed. São Paulo: Annablume, 2005. 241 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**: Vitória da Conquista/BA. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=293330#>>. Acesso em: jun. 2012.

LESBAUPIN, I. **A questão do trabalho nos tempos atuais**. Disponível em:
<<http://www.cefep.org.br/textoseartigos/problemassociais/A%20questao%20do%20>>
. Acesso em: jan. 2012.

MENEZES, S. O. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital: a Geografia do (des)trabalho**. 2007. 382 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGEO – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

_____. Para além do desemprego. In: Anais do XV ENG - Encontro Nacional de Geógrafos. **O Espaço Não Pára. Por Uma AGB em Movimento**. São Paulo/SP, 2008.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999. 205 p.

RAMOS, D. A. R.; SOUZA, J. R. de. A composição orgânica do capital e seus efeitos sobre a mobilidade da força de trabalho assalariada no setor sucroalcooleiro no município de Sertãozinho - SP. **Revista Pegada Eletrônica**, São Paulo, Vol. 7, nº 2, nov. de 2006, p. 48.

SALO, L. **Um breve histórico do desemprego**. Disponível em:
<<http://www.lotecultural.com/27/06/2008/sobre-desemprego-e-informalidade-2/>>. Acesso em: set. 2008.

SOARES, M. A. T. **Trabalho informal**: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2008. 152 p.